

ESTUDOS DE LITERATURAS INDÍGENAS NO BRASIL: ELABORAÇÃO E OFERTA DE UM COMPONENTE CURRICULAR PARA UMA LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM LINGUAGENS

STUDIES OF INDIGENOUS LITERATURE IN BRAZIL: PREPARATION AND OFFERING A CURRICULAR COMPONENT FOR AN INTERDISCIPLINARY DEGREE COURSE IN LANGUAGES

Gabriela Rodella de Oliveira*
Sérgio Barbosa de Cerqueda**

RESUMO: O presente artigo visa a refletir sobre o processo de elaboração e oferta do componente curricular “Estudos de literaturas indígenas no Brasil”, presente, a partir de 2023, no Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Linguagens e suas Tecnologias (LILT) do Campus Sosígenes Costa (CSC), em Porto Seguro, da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). Parte-se da contextualização da fundação da Universidade, explicitando-se as razões para a territorialização de seus cursos, por meio da promoção da inclusão dos/as habitantes da região no ensino superior. Apresenta-se a força da cultura indígena no sul e extremo sul da Bahia, exemplificada pelas duas edições do Festival Caju de Leitores em Caraíva, distrito de Porto Seguro. Procedeu-se ao relato sobre a elaboração e a inclusão do componente curricular para atender à legislação em vigor e à demanda pela abordagem das literaturas indígenas na formação acadêmica de futuros/as professores/as de língua portuguesa e literatura para a educação básica. Por fim, reflete-se sobre a estrutura e a metodologia do componente curricular, e acerca de sua primeira oferta na LILT CSC UFSB.

PALAVRAS-CHAVE: Literaturas indígenas. Ensino de literatura. Formação de professores. Licenciatura Interdisciplinar em Linguagens e suas Tecnologias.

ABSTRACT: This article aims to reflect on the process of elaboration and offering of the curricular component Studies of indigenous literatures in Brazil, present, from 2023, in the Pedagogical Project of the Interdisciplinary Degree Course in Languages and its Technologies (LILT) at the Sosígenes Costa Campus (CSC), in Porto Seguro, from the Federal University of Southern Bahia (UFSB). It starts with the contextualization of the University's foundation, explaining the reasons for the territorialization of its courses, through the promotion of the inclusion of the region's inhabitants in higher education. The strength of indigenous culture in the south and extreme south of Bahia is presented, exemplified by the two editions of the Festival Caju de Leitores in Caraíva, district of Porto Seguro. We report on the development and inclusion of the curricular component to meet current legislation and the demand for an approach to indigenous literature in the academic training of future teachers of Portuguese

* Doutora em Educação. Professora Adjunta da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). Professora do PPGE/USP. gabriela.rodella@ufsb.edu.br

** Doutor em Letras e Linguística. Professor Associado da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). Professor do PPG-Artes/UFSB. cerqueda@ufsb.edu.br

language and literature for basic education. Finally, it reflects on the structure and methodology of the curricular component and on its first offer at LILT CSC UFSB.

KEYWORDS: Indigenous literatures. Teaching literature. Teacher training. Interdisciplinary Degree in Languages and their technologies.

Uma das minhas utopias passa pela crença de que o Estado brasileiro, como instituição, é capaz de cumprir o papel que lhe cabe no que diz respeito às populações originárias de nosso país. Ele tem que se curvar à Constituição que garantiu os direitos à nossa gente ancestral. Mais do que isso: tem que fazer isso com brio, dignidade, honradez. Tem que fazer porque acredita na cultura que esses povos carregam consigo e porque acredita que, agindo assim, estará cumprindo um papel institucional importante para que todo o povo brasileiro se sinta honrado e comprometido com essa mesma causa.

DANIEL MUNDURUKU

Introdução

Há pouco mais de uma década, foi fundada a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) em região periférica do sul e extremo sul do Estado, abrangendo três *campi*, localizados em Itabuna (Campus Jorge Amado - CJA), Porto Seguro (Campus Sosígenes Costa - CSC) e Teixeira de Freitas (Campus Paulo Freire - CPF). Dentre os diversos cursos ofertados pela instituição, destaca-se a existência das Licenciaturas Interdisciplinares: em Ciências e suas Tecnologias, em Humanidades e suas Tecnologias; em Matemática e Computação e suas Tecnologias; em Ciências Humanas e Sociais e suas Tecnologias; em Artes e suas Tecnologias; e em Linguagens e suas Tecnologias.

A UFSB foi implementada em uma área de extrema vulnerabilidade social, composta por vasta extensão territorial, distribuída em 48 municípios, a maioria dos quais de pequeno porte. A região enfrenta significativos desafios, como altos níveis de desigualdade social, presença de violência no campo e na cidade envolvendo grandes fazendas, comunidades indígenas e quilombolas, além da carência na formação para o trabalho e de oferta de empregos.

Dentro desse contexto socioeconômico, além dos diversos cursos ofertados em cada campus, a UFSB organizou a Rede Anísio Teixeira de Colégios Universitários (Rede CUNI), estabelecida através de convênio com a Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEC-BA). Essa rede funciona com instalações da universidade em salas de escolas da rede pública estadual, atendendo a municípios em localidades com mais de 20 mil habitantes, em bairros de baixa renda, comunidades indígenas e quilombolas. Atualmente, dez salas da Rede CUNI recebem estudantes de diferentes cidades, oferecendo uma formação geral no primeiro semestre dos cursos a todos/as os/as estudantes matriculados/as em seus respectivos locais de moradia, abrangendo as cidades de Coaraci, Ibicaraí, Ilhéus, Itabuna, Eunápolis, Santa Cruz Cabrália, Porto Seguro, Itamaraju, Posto da Mata e Teixeira de Freitas. A iniciativa visa a possibilitar ao/à estudante um primeiro contato com a Universidade em sua própria cidade de origem e garantir que ele/a conheça e possa participar de editais de auxílio moradia, auxílio transporte e de programas com bolsas na UFSB, antes de se deslocar para as cidades-sede dos *campi* e continuar os seus estudos.

115

Com o objetivo de assegurar o acesso da comunidade local à universidade, o Conselho Universitário aprovou a Resolução UFSB nº 12/2021. Em seu Capítulo I, que trata das reservas de vagas para ingresso nos cursos de graduação por meio de ações afirmativas, o parágrafo único do Art. 2º define:

Para as vagas dos cursos de Licenciaturas Interdisciplinares e nos Editais próprios de ingresso em vagas de cursos nos Colégios Universitários, a proporção [de cotas] a ser aplicada não será inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) das vagas oferecidas pelo respectivo curso. (UFSB, 2021a).

Dentre as vagas garantidas estão aquelas destinadas a candidatos/as autodeclaradas/os negras/os (pretas/os e pardas/os) ou indígenas, com renda familiar bruta *per capita* igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas; e a candidatas/os autodeclaradas/os negras/os (pretas/os e pardas/os) ou indígenas que,

independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Destaca-se ainda ser a Bahia o segundo estado com a maior população declaradamente indígena do país, com 229,1 mil representantes (FUNAI, 2022). Especificamente na região de Porto Seguro, encontram-se diversas comunidades e reservas indígenas da coletividade pataxó, como Aldeia Barra Velha; Reserva Indígena Pataxó Aldeia Velha; Aldeia Xandó; Reserva da Jaqueira; Aldeia Indígena Imbiriba, dentre outros espaços. Em razão da política de inclusão de estudantes com origem no território de abrangência da UFSB, assim como a implementação da política de cotas pela instituição, todos os cursos do CSC contam com estudantes indígenas, e a Licenciatura Interdisciplinar em Linguagens e suas Tecnologias (LILT) está entre eles.

Quanto à formação docente para a educação básica, a UFSB adota um currículo diversificado, organizado nas cinco grandes áreas acima citadas para as suas Licenciaturas Interdisciplinares (LIs). Nascidas a partir da política educacional adotada com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), as Lis surgem, a partir de 2011, como cursos inovadores e como mais uma alternativa para a formação de professores/as no Brasil, por meio de cursos estruturados em grandes áreas de conhecimento. No caso da UFSB, os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) de suas cinco Lis enfatizam a interdisciplinaridade, entendida como a interação entre duas ou mais disciplinas (Fiorin, 2008; Japiassu, 1996), abrangendo desde a simples comunicação até a integração recíproca dos conceitos fundamentais, teoria do conhecimento, metodologia, dados de investigação e ensino.

No caso específico da LILT, vinculada ao Instituto de Humanidades, Artes e Ciências (IHAC) do CSC, conforme explicitado em seu PPC, a interdisciplinaridade refere-se

[...] não à incorporação dos componentes de Artes, Educação Física e Matemática, tal como proposto por políticas governamentais recentes, como as Bases Nacionais Comuns Curriculares, mas, sim, às relações inter e multidisciplinares que se tecem a partir das grandes

áreas de língua portuguesa, literaturas e línguas estrangeiras. A proposição é construir junto com o/a estudante diversas possibilidades de ensino a serem fomentadas a partir do tratamento dado à língua. A LILT CSC compreende uma formação específica profissional na área de graduação no que diz respeito aos conteúdos específicos relacionados à área de Letras e Linguística. (UFSB, 2023, p. 16).

Além disso, promove-se em todas as Licenciaturas da UFSB a interculturalidade como um enfoque global que permeia todas as dimensões do processo educativo (Candau, 2009), destacando-se a importância de se construir identidades e alteridades que permitam aos/às estudantes reconhecerem, valorizarem e acolherem a singularidade e a diversidade humana.

Em 2023, em razão de diversos ajustes necessários nos PPCs da UFSB - dentre eles, a mudança do regime letivo quadrimestral para semestral (Resolução CONSUNI/UFSB nº 22/2022), a alteração na oferta de componentes curriculares da Formação Geral comum a todos os cursos da Universidade (Resolução CONSUNI/UFSB nº 02/2023), a necessidade da inserção da curricularização das atividades de extensão nos cursos de graduação (Resolução CONSUNI/UFSB nº 13/2021) e, sobretudo, o alinhamento das LIs com o previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissional do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, de formação pedagógica para graduados não licenciados e de segunda licenciatura) - ocorreu o processo de reformulação dos PPCs de todos os cursos da instituição, incluindo-se o da LILT CSC.

Ademais, a partir da análise e da reflexão do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso sobre a primeira versão do PPC da LILT da UFSB (2016), identificou-se a necessidade de inserção na formação acadêmica de um componente curricular que tratasse das literaturas indígenas, como uma iniciativa importante de responder ao preconizado pela Lei 11.645, de 10/03/2008, e, sobretudo, de valorização das narrativas que já visitavam o espaço universitário pela presença cada vez mais significativa de estudantes indígenas no corpo discente. Procedeu-se, assim, à elaboração de uma ementa para tal

componente curricular que foi ofertado já em 2023, como parte integrante da transição entre os regimes letivos.

Neste artigo, procederemos, pois, ao relato do processo de elaboração e de oferta do componente curricular optativo Estudos de literaturas indígenas no Brasil, presente no PPC da LILT do CSC, com particular atenção para a recepção da iniciativa junto aos/às estudantes que dele participaram ativamente. Parte-se da premissa de que a Lei 11.645 de 2008 ainda não está plenamente presente nas práticas pedagógicas de professores/as de Linguagens, por isso, destaca-se a importância da iniciativa aqui apresentada.

O Componente Curricular Estudos de literaturas indígenas no Brasil: um breve contexto

Em setembro de 2022, ocorreu o 1º Festival Caju de Leitores em Caraíva, distrito de Porto Seguro-BA, com o apoio da UFSB. O Festival surgiu em um contexto de carência de políticas públicas para o livro e de incentivo à leitura no município de Porto Seguro e seus distritos. A ausência de bibliotecas e de livrarias na cidade, e em toda a região do sul e extremo sul da Bahia, revela a omissão do Estado e do sistema literário/cultural mais amplo em promover e garantir o acesso à cultura literária. Muitas vezes, encontros de tal porte são organizados através de iniciativas individuais e, pouco a pouco, são apropriados pelas comunidades na promoção da visibilidade da literatura dentro e fora dos muros da escola.

Esse foi o caso do Festival Caju de Leitores, organizado pela produtora Joanna Savaglia, frequentadora de Caraíva desde a década de 1980. Ao constatar a realidade local, ela tomou a iniciativa de organizar um festival de literatura indígena voltado às crianças e jovens do distrito. Seu esforço pessoal, embora louvável, destaca a necessidade de uma intervenção mais estruturada e contínua por parte das autoridades competentes, tendo em vista que a única biblioteca pública de Porto Seguro, que ficava na sede do município, encontra-se atualmente fechada.

Para enfrentar o obstáculo da ausência de uma livraria ou biblioteca no vilarejo, Joanna localizou um espaço adequado, a antiga biblioteca de Caraíva, fechada por volta dos anos 2000. Ela decidiu refundar a biblioteca com o objetivo de formar leitores e leitoras na vila que pudessem, posteriormente, participar do Festival.

Por meio de uma campanha de financiamento coletivo, o projeto despertou o interesse da comunidade, contando com apoio crucial de parceiros, como comerciantes que direcionaram recursos provenientes da venda de pulseiras #soucaraíva para a revitalização da biblioteca, e também de editoras que doaram livros infantis e juvenis para a criação do acervo. A antiga biblioteca, renovada, foi reinaugurada em julho de 2015, oferecendo serviços como wi-fi, forno de pizza e área de convívio, tendo sido devolvida à comunidade como um espaço cultural local. O enfoque principal foi, desde o início, o da preservação e da difusão da cultura indígena, considerando-se que a maioria da população local é descendente direta das aldeias nas proximidades. Entretanto, a biblioteca deixou de funcionar como espaço cultural alguns anos depois pela necessidade de ser ocupado temporariamente pelos/as estudantes em razão da perda do prédio escolar.

Continuando a investir na visibilidade das culturas indígenas existentes no território, em 2022, concretiza-se a primeira edição do Festival Caju de Leitores, evento entendido por Savaglia como um espaço de valorização das escritas e das culturas originárias. Ele contou, com a participação de autores e autoras indígenas como Aline Kayapó, Auritha Tabajara, Cristino Wapichana, Lucia Tucuju e Trudruá Dorrico. O escritor Sairi Pataxó foi o anfitrião da festa, que teve a participação de estudantes da educação básica, indígenas, professores/as, pesquisadores/as, turistas e muitas crianças.

Ao longo do Festival, que se desenrolou na área externa da antiga biblioteca e na Oca da Aldeia Xandó, houve a exibição do filme *Uma história de amor e fúria*, com a presença do diretor, Luiz Bolognesi, que conversou com o público na sequência. Foi também importante a exibição do documentário *Memórias do*

Fogo de 1951, de Ramon Rafaello e Karkaju Pataxó, produzido pelo Núcleo de Pesquisa, Mídias e Arte (NUPOMAR)¹, que narra o genocídio do povo pataxó perpetrado pelo Estado brasileiro em 1951. A UFSB participou do evento com o apoio institucional e a presença de estudantes da LILT CSC.

Em sua segunda edição, em 2023, mais uma vez o autor indígena Sairi Pataxó atuou como anfitrião, e o evento contou ainda com a curadoria da autora macuxi Trudruá Dorrico. O 2º Festival Caju de Leitores recebeu Adriana Pesca, Arissana Pataxó, Auritha Tabajara, Awoy Pataxó, Daniel Munduruku, Janaron Pataxó, Japira Pataxó, Márcia Kambeba, Raoni Pataxó, Tapy Pataxó, além de anciãos e anciãs da Aldeia Velha, para rodas de conversas intercaladas com músicas e apresentações artísticas, como o samba dos Marujos Pataxó.

Nesta segunda edição, chamou a atenção o relato das anciãs que sobreviveram ao Fogo de 51, tendo vagado em fuga com suas progenitoras, com fome, com dores, para que não fossem assassinadas pelas milícias. O que até pouco tempo não era possível de ser enunciado, a partir da divulgação de pesquisas acadêmicas recentes, dos documentários produzidos e de um ambiente propício, teve seu espaço de fala e de escuta garantido nas rodas de conversa do Festival. A comunidade engajou-se no evento e o tomou para si, fazendo dele um espaço de encontro e de reflexão sobre as diversas experiências e resistências indígenas.

Em ambas as edições, a pesquisadora e autora Trudruá Dorrico ofereceu oficina preparatória aos/as professores/as indígenas da escola da aldeia Xandó e a estudantes da UFSB, com o apoio da Universidade.

A participação da comunidade de estudantes e docentes da LILT CSC nas duas edições do Festival despertou uma série de reflexões sobre o não lugar do ensino das culturas indígenas na formação proposta para os/as futuros/as professores/as de Linguagens. Apesar do caráter inter e multidisciplinar da

¹ As atividades do NUPOMAR podem ser acessadas através de seu canal no Youtube em <https://www.youtube.com/channel/UC4pE-oOre0fi4faPqg5VKDg>.

formação acadêmica ofertada pelo curso, não existiam iniciativas no sentido de preparar o corpo docente para o trabalho pedagógico com as culturas originárias na educação básica em aulas de Linguagens.

Concomitantemente, cumpre destacar que, na edição de 2023 do Congresso da Associação Brasileira de Literatura Comparada (Abralic), ocorrido na Universidade Federal da Bahia (UFBA), um grupo de pesquisador/as, integrado pelo/as professor/as Ana Crelia Dias, Clécio Bunzen Jr., Cristiane Brasileiro, Maria Amélia Dalvi, Maria Nazaré Lima e Suzane Lima Costa, a convite da organização do evento, apresentou um documento, fruto de meses de trabalho, que objetivou “discutir a atual situação do ensino de literatura no Brasil e elaborar propostas que visem ampliar a sua presença na educação básica e superior” (Dias *et al.*, 2023, p. 1).

Dentre os pontos elencados no documento, constam: a necessidade de se resgatar o histórico do envolvimento da área de Literatura com o campo educacional e com a esfera escolar, capaz de promover mudanças curriculares; a constatação de que as linhas de pesquisa dos programas de pós-graduação em literatura estão majoritariamente voltadas para estudos da tradução, da história ou da teoria literária, para os estudos comparados, críticos e culturais ou para as escritas criativas, deixando de fora o ensino de literatura; a tendência de livros didáticos apresentarem os textos literários como objeto inicial de leitura, minimizando a literatura na condição de texto artístico. Observa-se aqui um movimento de reposicionamento do lugar dos estudos literários na educação superior, além da preocupação com a invisibilidade do ensino de literatura na educação básica nos últimos documentos oficiais.

No escopo deste artigo, interessa destacar o apontado no referido documento como reivindicação acerca de uma formação docente inicial em sintonia com as novas realidades da literatura na contemporaneidade:

Presença e valorização das literaturas africanas, afro-brasileiras ou negro-brasileiras, das literaturas indígenas, da literatura surda, de literaturas plurilíngues e das literaturas nomeadas regionais no processo de formação de professores da Educação Infantil ao Ensino

Superior, assegurando disciplinas obrigatórias nos cursos de formação docente inicial de professores; (Dias et. al., 2023, p. 20, grifos nossos).

Esse posicionamento converge para o diagnóstico anteriormente realizado pelo NDE da LILT CSC por ocasião da atualização do PPC do curso e para as reflexões do corpo docente após a sua participação nas edições do Festival Caju de Leitores e no Congresso da Abralic. Na UFSB, tanto o Bacharelado Interdisciplinar, quanto a Licenciatura Interdisciplinar em Artes e suas tecnologias já haviam materializado a inclusão das culturas indígenas em suas formações e em diversos componentes curriculares, mas não havia naqueles cursos nenhum componente curricular de abordagem prioritária das literaturas de autoria indígena no Brasil.

O nascimento de um componente curricular

Diante do exposto, o NDE da LILT CSC buscou responder às necessidades e obrigatoriedades de reestruturação do PPC do curso dentro desse contexto acadêmico interno e externo à Universidade. O processo de elaboração do componente curricular Estudos de literaturas indígenas no Brasil valoriza o contexto da emergência e visibilidade da potência artística atual dos povos indígenas no Brasil. Isso ocorre em diálogo com o contexto de apropriação e reapropriação dos espaços pelos povos indígenas do território no qual a UFSB encontra-se - o que envolve luta e resistência em diversos níveis.

A discussão inicial deu-se acerca do nome do componente curricular. Como apontado acima, outros cursos da universidade empregam a expressão “literatura ameríndia” para nomear os componentes curriculares ofertados e que abordam as diversas manifestações culturais e artísticas das comunidades indígenas dentro e fora do Brasil. No caso da LILT CSC, optou-se pela utilização do termo “literaturas indígenas” em razão de todo um debate, em primeiro lugar, sobre a diversidade contemporânea das literaturas produzidas em língua portuguesa em geral, tanto no Brasil, como em países de língua portuguesa e Portugal, e, em segundo lugar, em razão do reconhecimento da diversidade dos povos indígenas e de suas narrativas no Brasil.

Os termos “literatura nativa”, como defendido pelo escritor Olívio Jekupé, ou “literatura dos povos originários”, dentre outros, fizeram parte das reflexões empreendidas, mas a adoção da construção “literaturas indígenas” foi a que melhor permitiu dar conta de uma pluralidade de vozes e manifestações literárias de autoria indígena. Conforme retoma a pesquisadora maori Linda Tuhiwai Smith:

A expressão “povos indígenas” é relativamente nova. Surgiu na década de 1970, durante as primeiras lutas do Movimento dos Índios Americanos (AIM) e da Irmandade dos Índios Canadenses. Trata de uma expressão que internacionaliza as experiências, as questões e as lutas de alguns povos do mundo colonizado. O “s” final em “povos indígenas” tem sido defendido com bastante vigor por ativistas, devido ao direito desses povos à autodeterminação. Ele é também usado como modo de reconhecer que existem reais diferenças entre povos indígenas distintos. Tal expressão tem permitido que as vozes dos povos colonizados sejam expressas estrategicamente na arena internacional. (Smith, 2021, p. 18).

A preocupação do grupo que concebeu o componente curricular foi no sentido de se alinhar também ao que a escritora Trudruá Dorrico aponta como a necessidade do “debate sobre a importância da pesquisa acerca da autoria e identidade indígena, ainda, como podemos notar, desconhecidas e pouco buscadas no país” (Dorrico, 2023). Para tanto, foi elaborada uma ementa que valoriza a pluralidade da autoria indígena na literatura brasileira contemporânea e provoca uma reflexão sobre o trabalho pedagógico com a produção literária de autoria indígena nas escolas, inclusive e sobretudo, nas escolas não indígenas:

Estudo de textos literários de escritores/as inscritos/as nas literaturas indígenas no Brasil. O texto literário indígena na escola: percursos e possibilidades. (UFSB, PPC de LILT-CSC, p. 127).

Para além do contato com os textos literários indígenas, um dos objetivos do componente curricular foi justamente o de propor a reflexão sobre o lugar dos textos literários de autoria indígena nas escolas do território. Observa-se, na prática desenvolvida ao longo dos Estágios Supervisionados em Linguagens e nas atividades do Programa de Residência Pedagógica, que o espaço que as literaturas indígenas ocupam nas aulas varia muito a depender das escolas. Escolas indígenas tendem a trabalhar com a leitura de textos literários de

autoria indígena mais fortemente, do que escolas não indígenas da região. Exemplo no território é o trabalho realizado pela Escola Indígena Pataxó de Coroa Vermelha, em Santa Cruz Cabralia.

Contudo, as escolas não indígenas, mesmo aquelas localizadas no território sul e extremo sul da Bahia, ainda não introduziram plenamente as culturas indígenas em seus currículos escolares como preconizado pela legislação em vigor. No caso do ensino de língua portuguesa e literaturas, essa realidade é evidente pela pouca prática do trabalho com o texto literário de autoria indígena em salas de aulas de ensino fundamental/médio e na EJA. Além disso, é fato que o/a professor/a de escolas não indígenas não teve em sua graduação, na maior parte dos casos, nenhuma formação em literaturas de autoria indígena, nem para o ensino dessas literaturas na educação básica. Na realidade, tanto o aspecto formativo quanto o aspecto metodológico encontram-se ausentes na maioria das licenciaturas em Letras e/ou Linguagens para o trabalho com as múltiplas realidades literárias presentes no mundo contemporâneo, como indicado na Carta apresentada durante o XVIII Congresso Internacional Abralic: a literatura comparada e a invenção de um mundo comum.

124

O ensino das literaturas indígenas na educação básica alia-se, assim, à crescente visibilidade de produções literárias de autoria indígena que o Brasil conheceu nos últimos 25 anos. Cada vez mais autores e autoras de inscrição indígena publicam pelo país afora, e isso constitui uma expressiva biblioteca à disposição de professores/as da educação básica. Essa realidade acaba por ser mais uma contribuição para o abalo das fronteiras entre os gêneros literários, como podemos depreender das reflexões de Linda Tuhiwai Smith, no capítulo 8 de seu livro *Descolonizando metodologias: pesquisas e povos indígenas*, intitulado “Vinte e cinco projetos indígenas”, onde a autora discorre sobre o projeto Escrever:

Os povos indígenas estão escrevendo. [...] As fronteiras entre poesia, teatro, canção, ficção e não ficção não são muito definidas, pois

escritores indígenas buscam usar a linguagem de forma a capturar as mensagens, nuances e sabores da vida indígena. (Smith, 2021, p.174).

Essa realidade de textos literários que navegam por gêneros diversos, ampliando a compreensão e mesmo a definição do que seja literatura nos dias de hoje, a partir do contexto específico de escritas indígenas, estabelece referências básicas e complementares que servem de apoio à curadoria e à preparação para as aulas sobre literaturas indígenas nas escolas, sejam elas indígenas ou não. A proposta do componente curricular Estudos de literaturas indígenas no Brasil inscreve-se, portanto, em um exercício de apresentar a estudantes de graduação em Linguagens, futuros/as professores/as da educação básica, as diversas produções literárias de autoria indígena, coadunando-se com o defendido pela autora Trudruá Dorrico, ao afirmar que “é fato que a pesquisa acadêmica outorga o direito a falarem sobre nós, sobre nossos textos, mas não dá o direito de falar por nós, porque esse ato viola nossas vozes e presenças simbólicas na literatura indígena e brasileira” (Dorrico, 2023).

125

Outra preocupação na oferta do referido componente curricular é a de provocar a reflexão sobre as características das produções literárias de autoria indígena. Contar histórias para as culturas indígenas em geral constitui-se como um dos pilares da própria identidade de diversas coletividades. A oralidade enfrenta aqui o desafio de se transpor para o espaço do texto escrito e impresso no formato de um livro físico ou digital. As novas gerações de escritores e escritoras de autoria indígena veem essa prática não raro como um ato de resistência e existência diante de um mundo letrado não indígena que despreza a transmissão oral de saberes e práticas. Nessa direção, Smith discorre sobre o contar histórias:

Contar histórias, tecer narrativas orais, sob a perspectiva dos anciãos e das mulheres, tornou-se uma parte integrante de todas as pesquisas indígenas. Cada história individual é poderosa. Mas o aspecto principal a respeito dessas histórias não é que elas simplesmente contam uma história, nem que elas contam simplesmente uma história. Esses novos relatos contribuem para a formação de uma História coletiva, em que cada pessoa indígena tem um lugar. [...] Intrínseco à atividade de contar histórias está o foco sobre o diálogo e a conversação entre nós mesmos como povos indígenas, para nós e por nós mesmos. Tais

abordagens adequam-se bem às tradições orais, que ainda são uma realidade no dia a dia da vida dos indígenas. Ademais, contar histórias tem a ver também com humor, fofoca e criatividade. (Smith, 2021, p. 168).

Hoje em dia, contar histórias também implica o exercício de se servir intensamente da palavra escrita e de estar presente no mundo da literatura não indígena. No trecho acima, a essência do que sejam as literaturas indígenas para os povos indígenas é definida: diálogo e conversação. Essa essência esteve presente nas duas edições do Festival Caju de Leitores e nas leituras que são propostas nas escolas indígenas da região, bem como na oferta do componente curricular proposto para o PPC.

Como é sabido, em 2003, foi aprovada a Lei 10.639, que alterou a LDB ao incluir no currículo oficial da educação básica brasileira a obrigatoriedade do trabalho pedagógico com a história e cultura afro-brasileira e africana. Inúmeras ações foram promovidas, desde então, e com sucesso, para que essa temática se tornasse presente nas escolas brasileiras. Com certeza, a materialização desses trabalhos pedagógicos ainda possui um grande percurso a ser realizado em diversos sistemas de ensino, Brasil afora.

Complementarmente, cinco mais tarde, foi aprovada uma modificação na referida Lei, com a aprovação da Lei 11.645, em 10 de março de 2008, em que se torna igualmente obrigatório o estudo da história e cultura indígena na educação básica. Uma leitura atenta dessa última Lei permite, contudo, observar o caráter de mera inserção da importância da valorização das culturas indígenas brasileiras, pela hesitação flagrante, em sua redação, entre as palavras “indígena” e “índio”. Apesar do grande avanço obtido, entendemos que a redação da referida Lei deveria ter sido motivo de maior esmero e detalhamento.

Esse avanço na obrigatoriedade de trabalho com as culturas indígenas na educação básica, presente na Lei 11.645, depende de ações formativas complementares nos cursos de graduação para que a temática torne-se efetiva na formação docente. Poucos são ainda os cursos superiores que possuem

componentes curriculares específicos sobre a literatura de autoria indígena no Brasil. Além disso, a maioria dos/as professores/as da educação básica já entronizou a importância do trabalho com as culturas negra, afro-brasileira e africana em sala de aula, mas ainda não incorporou em suas práticas pedagógicas a necessidade de igualmente abordar as culturas indígenas, demonstrando assim um desconhecimento da atualização realizada em 2008. A proposta do componente curricular Estudos de literaturas indígenas no Brasil insere-se, desta forma, na perspectiva de fornecer subsídios mínimos para que professores/as de Linguagens trabalhem com as literaturas de autoria indígena na educação básica em escolas indígenas e não indígenas.

Estudos de literaturas indígenas nas salas de aula das Universidades do Brasil

A partir da definição da ementa, o componente curricular teve seu Plano de Ensino-Aprendizagem elaborado pelo docente responsável por sua oferta entre setembro e dezembro de 2023, com um total de 60h de carga horária de aulas e atividades.

O objetivo principal do componente curricular foi o de apresentar as literaturas indígenas no Brasil aos/às estudantes inscritos/as. A turma contou com estudantes não indígenas e estudantes de pertença pataxó. Ao serem perguntados sobre o seu grau de contato e de conhecimento sobre a produção literária de autoria indígena no Brasil contemporâneo, houve a manifestação do desconhecimento do volume dessas produções e da enorme quantidade de escritores e escritoras indígenas atualmente em ação no país. E isso ocorreu de forma praticamente unânime.

Ao longo das atividades do componente curricular, pelo contato com diversos textos literários de autoria indígena, foram identificados os principais eixos temáticos e estruturantes presentes nos textos estudados (a presença da oralidade, a voz em nome da coletividade, o diálogo entre o homem e a natureza, dentre outros). Para tanto, ocorreram recorrentes atividades de leitura e de interpretação de textos literários de autoria indígena em diversos

gêneros (poemas, romances, peças de teatro, contos etc.), concomitante com reflexões teóricas advindas, sobretudo, de textos produzidos por pensadores/as indígenas.

Como objetivos específicos do trabalho a ser desenvolvido, traçaram-se: 1. Distinguir os traços constitutivos da literatura indígena no Brasil; 2. Inferir alguns dos principais temas presentes em textos literários contemporâneos de autoria indígena no Brasil; e 3. Experimentar a construção de ações formativas, na educação formal ou não formal, com base no uso de textos literários de autoria indígena.

Como metodologia, propôs-se o desenvolvimento de três eixos norteadores: Eixo 1: A descoberta da produção literária de autoria indígena brasileira e suas diversas materialidades textuais; Eixo 2: Aportes teóricos indígenas para a compreensão das literaturas de autoria indígena no Brasil e Eixo 3: O ensino do texto literário de autoria indígena na escola.

Antes do trabalho com o Eixo 1, e para o desenvolvimento respeitoso das atividades previstas, houve a necessidade de se resgatar, junto aos/às estudantes, a reflexão sobre os nossos lugares de fala, para que o contato com as narrativas literárias indígenas que seriam lidas, ao longo do período, ocorresse sem silenciamentos, apropriações indevidas ou julgamentos de valor. A seguir, no primeiro eixo, o componente curricular *mergulhou* os/as estudantes na leitura de diversos textos de autoria indígena no prazer puro e simples de contato com esses textos.

Os textos foram previamente lidos e, nos encontros semanais, ocorreu o debate interpretativo sobre eles. Esses debates geraram a criação de uma detalhada análise coletiva de cada um dos textos e a busca de uma articulação entre possíveis características em comum entre eles. Foram trabalhados textos literários de Daniel Munduruku, Olívio Jekupé, Graça Graúna, Lia Minápoty, Jekupé Mirim, Glicéria Tupinambá, Eliane Potiguara, além de obras como

Poesia Indígena: etnopoesia apinayé (2021) e Escritos indígenas: uma antologia (2013).

Mais de 50% da carga horária do componente curricular foi dedicada ao ato de leitura e interpretação desses diversos textos literários, sem qualquer elemento teórico ou analítico de apoio, já que o objetivo era o de colocar os/as estudantes da LILT CSC, futuros/as professores/as da educação básica, em contato com a produção contemporânea de autoria indígena no Brasil.

Após esse momento, a próxima etapa do trabalho consistiu na leitura de textos reflexivos de autoria indígena que tratam do fazer literário indígena nos dias atuais, a partir da própria voz de autores e autoras indígenas. Eles também abordam a importância do trabalho de visibilidade das coletividades indígenas na literatura brasileira contemporânea. Dentre outros, foram trabalhados os seguintes textos: a “Apresentação” da obra *Uma antologia feminina de literatura indígena: originárias (2023)*, escrita por Trudruá Dorrico; extratos da obra *Mundurukando 2: sobre vivências, piolhos e afetos: rodas de conversas com educadores (2017)*, de Daniel Munduruku; o prefácio “Escrever para sobreviver” (2020), de Olívio Jekupé; a “Apresentação” da obra *Contos Indígenas Brasileiros (2021)*, organizada por Daniel Munduruku; o texto “Literatura indígena no Brasil - o guerreiro sem armas” (2017), de Yaguare Yamã; o capítulo “Influência dos ancestrais na busca pela preservação da identidade - a importância da família, dos avós e antepassados indígenas”, da obra *Metade cara, metade máscara (2004)*, de Eliane Potiguara.

No terceiro momento de trabalho, ocorreu o contato com diversos ensaios acadêmicos sobre a literatura indígena brasileira contemporânea e, em particular, com a obra *Trilhas literárias indígenas para a sala de aula*, de Sueli de Souza Cagnetti e Alcione Pauli (2015). A leitura dessa obra foi o elemento desencadeador de uma das atividades avaliativas propostas pelo componente curricular: a elaboração de um plano de aula com textos de literatura indígena brasileira para uma escola não indígena de educação básica, de forma a sensibilizar os/as estudantes para o desafio do trabalho pedagógico com as

culturas indígenas. Os planos de aula submetidos refletiram o impacto das leituras literárias realizadas, com grande grau de atividades inovadoras. Eles serão motivo de publicação futura de um *Pequeno Manual de Ensino de Literaturas Indígenas Brasileiras na sala de aula*.

A turma, de forma unânime, considerou a experiência de ter participado das atividades do componente curricular importante para a sua formação pessoal e para a sua formação acadêmica, conforme indicado no Formulário de Avaliação do Componente Curricular e de Autoavaliação, respondido voluntariamente ao término do período letivo.² As justificativas para essa avaliação foram as mais diversas, destacando-se:

[...] Apesar de já ter lido alguns contos indígenas, não tinha tanto conhecimento sobre a amplitude e variedade da literatura indígena” (estudante 1);

[...] Consegui entender a forma de valorizar a cultura indígena, as histórias, as lendas, a ancestralidade de cada povo” (estudante 2);

[...] Fui apresentado por outros ângulos à população indígena, deixando certos pensamentos cristalizados de lado” (estudante 3);

[...] Pois como o ensino de cultura/literatura indígena é lei, faz-se imprescindível, enquanto futuros docentes, termos o contato com essas narrativas literárias e teóricas de forma aprofundada” (estudante 4);

[...] Me senti mais segura dentro da universidade, porque apesar do local ser bem perto das TI, as falas de algumas pessoas são um tanto ‘racistas’, como se nós só existíssemos nos livros mesmo. Ver que nós estamos sendo autores e poder mostrar aos outros que somos, traz segurança” (estudante 5);

Ter esse componente em meu histórico acadêmico enriquece a grade, diferencia das demais” (estudante 6);

Algumas considerações finais

Por meio do presente texto, buscou-se contextualizar como a elaboração e a oferta do componente curricular Estudos de literaturas indígenas no Brasil, no Campus Sosígenes Costa, em Porto Seguro, Bahia, da Universidade Federal do Sul da Bahia, território no qual habitam povos indígenas, muitas vezes

² Trata-se de formulário proposto pelo docente responsável pelo Componente Curricular como forma de avaliação das atividades desenvolvidas e atribuição de nota autoavaliativa por parte do corpo discente participante. Ao responder ao formulário, o/a estudante concede anuência para o uso anônimo de algumas informações fornecidas.

estudantes da Universidade, proporciona uma reflexão acerca das identidades indígenas e a apropriação de conhecimentos sobre as literaturas e do que elas podem representar. Dentro dessa perspectiva, a sua oferta vem contribuir para uma formação docente em Linguagens de qualidade e atenta às demandas, não só legais, como também das diferentes práticas literárias existentes em nossa contemporaneidade.

Discorrendo sobre o indianismo brasileiro em um estudo profundo sobre sua articulação com a dinâmica histórico-política do século XIX, David Treece conclui com uma descrição do que sempre foi, e do que efetivamente é, a potência das culturas indígenas:

[...] como sucessivas gerações têm descoberto, a cultura indígena ela mesma sempre ofereceu modelos alternativos para pensar a relação entre indivíduo e comunidade, entre o eu e o outro, para imaginar formas de interação social e coexistência nas quais a diferença e a identificação, a autonomia e a interação, a auto-realização coletiva e a relação do indivíduo pudessem ser compatíveis, em vez de mutuamente excludentes. (Treece, 2008, p. 326).

131

Ademais, não passa despercebida a mera alteração da Lei 10.639/2003 com acréscimo da obrigatoriedade de abordagem do ensino das culturas indígenas, tal como materializado na Lei 11.645/2008 em seu caput: “Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena” (BRASIL, 2008). Como já destacado anteriormente, esse pequeno apêndice não traduz de forma suficiente a diversidade cultural e histórica dos povos indígenas habitantes do território nacional desde sempre. Apesar disso, trata-se de um grande avanço no reconhecimento de sua existência e da importância do trabalho pedagógico com essa realidade. Há ainda um grande esforço a ser feito por parte de todos os cursos de graduação na área de ensino de língua portuguesa e literaturas em incorporar, nas suas formações acadêmicas, tanto as possíveis abordagens com a cultura afro-brasileira e africana, quanto com as culturas indígenas.

O presente relato inscreve-se, em suma, na apresentação de uma formação universitária para futuros/as professores/as da educação básica. A meta foi a de capacitar os/as estudantes para possíveis trabalhos em aulas de língua portuguesa e literatura com as literaturas de autoria indígena no Brasil. A primeira oferta do componente curricular Estudos de literaturas indígenas no Brasil, realizada na UFSB, comprova o acerto da proposta pela ressonância encontrada junto ao corpo discente. Isso se traduz muito claramente pela afirmação de um/a estudante, ao avaliar os trabalhos desenvolvidos ao longo do período letivo: “Agora não mais apenas o dia do ‘índio’ na escola, e sim ensino de literatura indígena” (estudante 7).

Referências

BRASIL. LEI Nº 11.645, DE 10 MARÇO DE 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm Acesso em: 30 jan. 2024.

CAGNETTI, S. S.; PAULI, A. *Trilhas literárias indígenas para a sala de aula*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

CANAU, V. M. Educação Escolar e Cultura(s): multiculturalismo, universalismo e currículo; In: CANAU, V. M. (org.) *Didática: questões contemporâneas*. Rio de Janeiro: Ed. Forma & Ação, 2009.

CINTRA, Leda Rita (org.). *Escritos indígenas: uma antologia*. São Paulo: Cintra, 2013. e-book

DIAS, A. C.; BUNZEN, C.; BRASILEIRO, C.; DALVI, M. A.; LIMA, M. N.; COSTA, S. L. *Carta à Associação Brasileira de Literatura Comparada*. 2023. Disponível em: <https://abralic.org.br/downloads/2023/CARTA-ASSOCIACAO-BRASILEIRA-DE-LITERATURA-COMPARADA.pdf> Acesso em: 30 jan. 2024.

DORRICO, TRUDRUÁ; NEGRO, Mauricio (org.). *Uma antologia feminina de literatura indígena: originárias*. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2023.

DORRICO, Truduá. Graúna não é Munduruku: contestando a homogeneização da autoria indígena. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/trudrua-dorrigo/2023/08/02/a-autoria-indigena-segue-em-disputa.htm> Acesso em: 03 ago. 2023.

FIORIN, J. L. Linguagem e interdisciplinaridade. *Alea: Estudos Neolatinos*. vol. 10, nº. 1, Rio de Janeiro, jan./jun. 2008. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/alea/a/nTDjhCdwBqjsFGYct5ckdcd/#> Acesso em: 30 jan. 2024.

FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS. Dados do Censo 2022 revelam que o Brasil tem 1,7 milhão de indígenas. Disponível em:

<https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2023/dados-do-censo-2022-revelam-que-o-brasil-tem-1-7-milhao-de-indigenas> Acesso em: 30 jan. 2024.

JAPIASSU, H. *Interdisciplinaridade e patologia do saber*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1976.

JEKUPÉ, Olívio *et al.* *Literatura nativa em família*. São Paulo: Cintra, 2020.

MUNDURUKU, Daniel. *Minha utopia selvagem: um manifesto*. Lorena: UK'A Editorial, 2022.

MUNDURUKU, Daniel (org.). *Contos indígenas brasileiros*. São Paulo: Global, 2021. edição digital

MUNDURUKU, Daniel. *Mundurukando 2: sobre vivências, piolhos e afetos : rodas de conversas com educadores: sobre vivências, piolhos e afetos*. Lorena: UK'A Editorial, 2017. e-book

POTIGUARA, Elaine. *Metade cara, metade máscara*. São Paulo: Global, 2004.

SMITH, L. T. *Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas*. Trad. Roberto G. Barbosa. Curitiba: EdUFPR, 2018.

TESTA, Eliane Cristina; ALBUQUERQUE, Francisco Edviges; APINAJÉ, Júlio Kâmer Ribeiro (org.). *Poesia Indígena: etnopoesia apinayé*. Ponta Grossa: Atena Editora, 2021. e-book. Disponível em: <https://atenaeditora.com.br/catalogo/ebook/poesia-indigena-etnopoesia-apinaye> Acesso em: 01 ago. 2023.

TREECE, D. *Exilados, aliados, rebeldes: o movimento indianista, a política indigenista e o estado-nação imperial*. Trad. Fábio Fonseca de Melo. São Paulo: Nankin; EdUSP, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA. *Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Linguagens e suas tecnologias*. Porto Seguro: UFSB, 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA. *Resolução CONSUNI nº 02/2023, que dispõe sobre a Formação Geral da Universidade Federal do Sul da Bahia*. Itabuna: UFSB, 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA. *Resolução CONSUNI nº 12/2021, que dispõe sobre a política de Ações Afirmativas para os processos seletivos aos cursos de graduação de 1º e 2º ciclo da Universidade Federal do Sul da Bahia.* Itabuna: UFSB, 2021a.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA. *Resolução CONSUNI nº 13/2021, que dispõe sobre a curricularização das atividades de extensão nos cursos de graduação da Universidade Federal do Sul da Bahia.* Itabuna: UFSB, 2021b.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA. *Resolução CONSUNI nº 22/2022, que dispõe sobre o regime letivo da Universidade Federal do Sul da Bahia.* Itabuna: UFSB, 2022.

Recebido em: 31/01/2024
Aprovado em: 23/05/2024